Origem: PJ de Portel

Assunto: Apurar precariedade do transporte fluvial intermunicipal e interstadual de passageiros do município de Portel

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo NÃO CONHECIMENTO da promoção de arquivamento do feito, de acordo com a Resolução n.º 174/2017-CNMP c/c a Resolução n.º 007/2019, para que os autos retornem à Promotoria de Justiça de origem, para fins de arquivamento, com as devidas retificações no sistema SIMP e na capa do procedimento.

Itens 1.1.1 a 1.1.10 votaram os seguintes Membros: Ubiragilda Silva Pimentel, Presidente do Conselho Superior; Manoel Santino Nascimento Junior, Corregedor-Geral do Ministério Público e os Conselheiros: Waldir Macieira da Costa Filho (relator), Marcos Antônio Ferreira das Neves, Maria do Socorro Martins Carvalho Mendo, Rosa Maria Rodrigues Carvalho e Francisco Barbosa de Oliveira.

1.2. Processos de Relatoria do Conselheiro MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DAS NEVES:

1.2.1. Processo n.º 003313-030/2020

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Em Apuração

Origem: 5º PJ de Parauapebas

Assunto: Apurar possível situação de negligência cometida pela mãe, em face de seus filhos

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pelo DESPROVIMENTO do recurso interposto, razão pela qual vota pela HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO da Notícia de Fato, nos termos do art. 8º, I da Resolução n.º 007/2019 do CPJ.

Item 1.2.1 votaram os seguintes Membros: Ubiragilda Silva Pimentel, Presidente do Conselho Superior; Manoel Santino Nascimento Junior, Corregedor-Geral do Ministério Público e os Conselheiros: Waldir Macieira da Costa Filho, Marcos Antônio Ferreira das Neves (relator), Maria do Socorro Martins Carvalho Mendo, Rosa Maria Rodrigues Carvalho e Francisco Barbosa de Oliveira.

1.3. Processos de Relatoria da Conselheira MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO:

1.3.1. Processo n.º 000011-150/2016

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria de Estado de Saúde Pública

Origem: 3º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa
Assunto: Apurar supostas irregularidades na execução do Contrato n.º 097/2005, firmado entre a Secretaria de Estado de Saúde Pública (SESPA) e a empresa "Bel Viagens e Turismo-Ltda" no que diz respeito a hipótese de sobrepreço de passagens aéreas

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo com o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE n.º 057/2006, bem como em atenção ao Enunciado 03 do CSMP, ante insuficiência de provas de atos de improbidade administrativa.

1.3.2. Processo n.º 004962-040/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Varanda Restaurante e Bar

Origem: 6º PJ de Castanhal

Assunto: Apurar suposta prática de poluição sonora ocasionada pelo estabelecimento "Varanda Restaurante e Bar"

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo com o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE n.º 057/2006.

1.3.3. Processo n.º 000203-151/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Belém - PMB

Origem: 6º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa
Assunto: Apurar suposta redução ilegal do salário de servidores do Município de Belém, entre os anos de 2013 a 2019

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo com o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE n.º 057/2006, bem como em atenção ao Enunciado 03 do CSMP, ante insuficiência de provas de atos de improbidade administrativa.

1.3.4. Processo n.º 000002-139/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Concórdia do Pará

Origem: Promotoria de Justiça de Concórdia do Pará
Assunto: Apurar possível improbidade administrativa na contratação ilegal de empresa para prestação de serviço de georreferenciamento em Concórdia do Pará.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo com o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE n.º 057/2006, bem como em atenção ao Enunciado 03 do CSMP, ante insuficiência de provas de atos de improbidade administrativa.

1.3.5. Processo n.º 010149-031/2020

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): UPA-HMS- Gestão de Transição

Origem: 8º PJ de Santarém

Assunto: Apurar denúncia de que a Sra. Débora dos Santos, aprovada em 1º lugar em processo seletivo, para cargo de Técnica em Radiologia da Prefeitura de Santarém, teria sido preterida por outros candidatos, fora da lista dos selecionados, em virtude de modificação do ente gestor de pessoal no Hospital de Santarém

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Con-

selheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pelo NÃO PROVIMENTO DO RECURSO, visto que no Município de Santarém ocorreu a contratação de pessoal, por nova Organização Social, incumbida esta da condução das contratações enquanto gerir o Hospital Municipal de Santarém e a UPA, não estando vinculada a Processo Seletivo da gestão anterior.

1.3.6. Processo n.º 000090-804/2016

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Município de Vitória do Xingu/PA

Origem: 5ª PJ de Direitos Constitucionais Fundamentais, Ações Const., Defesa da Probidade Administrativa e Fazenda Pública de Altamira

Assunto: Apurar ausência de publicidade das licitações para a construção da orla do Igarapé do Gelo no Município de Vitória do Xingu e outras supostas irregularidades, referentes a Lei Municipal n.º 006/2014 que regulamenta a alienação de áreas imobiliárias do patrimônio público por meio de outorga de título definitivo de propriedade

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo com o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE n.º 057/2006, bem como em atenção ao Enunciado 03 do CSMP.

1.3.7. Processo n.º 000940-125/2014

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Hospital Santa Clara

Origem: 6º PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa
Assunto: Acompanhar as condições de atendimento da Maternidade Neonatal do Hospital Santa Clara em Belém/PA

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo com o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE n.º 057/2006, bem como em atenção ao Enunciado 04 do CSMP, ante ocorrência do instituto da prescrição.

1.3.8. Processo n.º 000062-151/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC), Antônio Raimundo Lobo da Silva e Deivison Teles Cardoso

Origem: 6º PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa
Assunto: Apurar possíveis irregularidades na contratação da Cooperativa dos Barqueiros do Pará (COOPBARP), ano de 2015, pela Secretaria Estadual de Educação, para a realização de transporte escolar fluvial dos alunos da rede estadual de ensino de Belém e ilhas, sem licitação

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo com o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE n.º 057/2006, bem como em atenção ao Enunciado 03 do CSMP.

Itens 1.3.1 a 1.3.8 votaram os seguintes Membros: Ubiragilda Silva Pimentel, Presidente do Conselho Superior; Manoel Santino Nascimento Junior, Corregedor-Geral do Ministério Público e os Conselheiros: Waldir Macieira da Costa Filho, Marcos Antônio Ferreira das Neves, Maria do Socorro Martins Carvalho Mendo (relatora), Rosa Maria Rodrigues Carvalho e Francisco Barbosa de Oliveira.

1.4. Processos de Relatoria da Conselheira ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO:

1.4.1. Processo n.º 000253-940/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): João da Cunha Rocha e outros

Origem: 11º PJ de Marabá

Assunto: Apurar indícios de improbidade administrativa na realização de licitação para a contratação de prestação de serviço de transporte escolar no Município de Bom Jesus do Tocantins

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pela RATIFICAÇÃO DO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO ao Ministério Público Federal, devendo os autos serem remetidos com a devida urgência, para que sejam adotadas as providências cabíveis por força do art. 109, I e IV da CF/88.

1.4.2. Processo n.º 000167-150/2014

Requerente(s): Auditoria Geral do Estado do Pará (AGE/PA)

Requerido(s): Superintendência do Sistema Penal (SUSIPE)

Origem: 3º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa
Assunto: Apurar irregularidades constantes no relatório de auditoria n.º 103/2008/AGE

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo com o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE n.º 057/2006.

1.4.3. Processo n.º 000161-151/2014

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Fátima Raimunda Teixeira Messias

Origem: 6º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa
Assunto: Providências em face da antiga direção da E.E.E.F.M. Amílcar Alves Tupiassú, em razão da não prestação de contas do recurso oriundo do fundo rotativo, anos de 2010 e 2011

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo com o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE n.º 057/2006.

1.4.4. Processo n.º 000297-151/2014

Requerente(s): Ministério Público do Trabalho (MPT)

Requerido(s): Secretaria Municipal de Saúde de Belém (SESMA)

Origem: 4º PJ dos Direitos Constitucionais Fundamentais e dos Direitos Humanos
Assunto: Apurar atraso no pagamento dos vale-transporte aos servidores da SESMA

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Con-